

DEPOIS DAS JORNADAS DEMOCRÁTICAS

MDP - MAIS UM PARTIDO



O M. E. S. tem participado activamente em vastos processos de luta democrática. Uma parte significativa dos seus actuais militantes, pelo menos a partir de 1969, nunca abdicaram de participar activamente no combate antifascista, quer actuando em estruturas unitárias, tipo C. D. E. / M. D. P., quer organizando a sua própria intervenção nos mais variados campos que a luta democrática propiciava.

Este é um facto claro, que não passará despercebido a qualquer análise atenta das forças políticas presentes no combate antifascista nos últimos tempos do regime de Salazar e Caetano.

A nossa intervenção na luta democrática nunca deixou, no entanto, de obedecer a princípios claramente explicitados e fundamentados numa análise concreta da sociedade portuguesa. Daqui que sempre tenhamos considerado o tipo de estado repressivo que existia em Portugal, antes do 25 de Abril, como o resultado da situação concreta em que se encontravam as várias classes sociais em presença, e não como uma maquiagem diabólica de meia dúzia de fascistas empenhados na defesa dos seus gordos privilégios.

Isto quer dizer que, para nós, o combate democrático nunca foi nem será um mero complemento de um outro combate, esse sim político, onde estariam verdadeiramente confrontados interesses opostos de classes em luta. É este o motivo porque logo a abrir um documento que apresentámos aquando das eleições fascistas de Outubro de 1973 dizíamos: Os objectivos da C. D. E., como movimento legal, devem inscrever-se no movimento geral da luta dos trabalhadores; aos trabalhadores só cabe participar activamente no movimento C. D. E. se este, partindo da denúncia das condições de existência dos trabalhadores, se colocar ao serviço das suas reivindicações políticas fundamentais, se o movimento C. D. E. for uma expressão legal das lutas dos trabalhadores na defesa dos seus interesses de classe. Esta nossa concepção nunca encontrou eco significativo nas estruturas monolíticas do M. D. P. / C. D. E.

Continua na pag. 3

Lições para uma Revolução

A Revolução Russa faz 57 anos. Mais de meio século passou já sobre o acontecimento mais significativo do nosso século. Pela primeira vez na história da luta de classes, os trabalhadores conquistaram, pela luta, o poder à burguesia, e em condições de o conservar.

ESQUERDA SOCIALISTA - ao assinalar mais um aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro de 1917, considera que, apesar da evolução posterior da sociedade soviética, os acontecimentos ocorridos nos meses de Fevereiro a Outubro de 1917 pela sua exemplaridade conservam para a luta política que hoje se trava em Portugal uma imensa actualidade.

Actualidade, porque o

instrumento fundamental que permitiu organizar as massas trabalhadoras russas para a conquista do poder foram os «soviets de operários, soldados e marinheiros» organizações de base e de massa onde participavam todos os militantes revolucionários e que congregavam organizativamente todos os explorados e oprimidos.

Actualidade, porque ficou demonstrado que embora os aspectos táticos e de aliança decididos pelos diversos aparelhos partidários, tenham tido importância, foi a energia criada das massas revolucionárias em movimento que permitiu criar as condições para o assalto ao poder da burguesia capitalista.

Actualidade, porque as

actitudes conciliatórias e moderadas face ao Governo Provisório de Kerensky e face às potencialidades revolucionárias da situação política da «Rússia recém-democrática» foram destruídas não apenas pela própria prática política das massas mas pela capacidade revolucionária de Lenine.

Actualidade, porque a Revolução Socialista de Outubro de 1917 gerando-se, quer nas contradições do processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia czarista, quer nos impasses criados pela revolução democrática de Fevereiro, demonstrou que ninguém detém o monopólio da Revolução, que ninguém pode auto-representar-se como detentor da verdade revolucionária e que só o

trabalho político de massas, só uma ligação profunda entre os trabalhadores e as suas vanguardas, entre a prática e a teoria podem ser os instrumentos profundos para o socialismo.

ESQUERDA SOCIALISTA pensa dedicar-se mais atentamente num dos seus próximos números ao significado e actualidade, no Portugal-1974, da Revolução Russa.

Ao assinalar esta data gloriosa da luta dos trabalhadores pela sua emancipação ESQUERDA SOCIALISTA presta também homenagem a todos os revolucionários que tombaram na União Soviética e no Mundo para que os trabalhadores fossem os obreiros da sua própria revolução.

Esquerda Socialista

UM SINDICALISMO HONESTO

Pág. 2

P. P. D. UM COMÍCIO

Pág. 3

CHILE — O GOLPE VISTO POR DENTRO

Pág. 4

MFA O PODER DE FACTO II

Pág. 5

LUTA POR EMPREGO, POR HABITAÇÃO

Págs. 6/7

CORTAR A CABEÇA

AOS MONOPÓLIOS

Pág. 8

EDITORES OPORTUNISTAS

Pág. 9

DEPENDÊNCIA

E INDEPENDÊNCIA

Págs. 10 e 11





Sindicalismo honesto à prova

Por despacho do secretário de Estado do Ministério do Trabalho, foram suspensos os efeitos de uma assembleia realizada no passado dia 27, em que foi votada e aprovada a integração do Sindicato da Indústria e Transformação e Composição de Matérias Plásticas no Sindicato dos Operários das Indústrias Químicas. A referida assembleia vinha culminar um conturbado processo que tem sido rodeado do maior «silêncio» por parte dos órgãos de Informação. «Esquerda Socialista» foi ouvir a Direcção do Sindicato dos Químicos, tendo falado com três dos seus elementos.

E. S. — O processo de integração do Sindicato dos Plásticos no Sindicato dos Químicos tem sido bastante acidentado. A decisão da assembleia de domingo, 27, acaba de ser suspensa, por ordem do Ministério do Trabalho. Gostaríamos de conhecer a vossa versão dos acontecimentos, pelo que proponho que um de vós faça uma pequena história desse processo.

— Antes do 25 de Abril, o Sindicato dos Plásticos tinha uma direcção fascista; várias vezes nos encontramos com ela em negociações de contratos colectivos e pudemos verificar que os seus elementos não lutavam efectivamente pelos interesses dos trabalhadores.

ao lado dos trabalhadores

E. S. — Pelo contrário, segundo creio, a direcção dos Químicos vinha realizando um trabalho extremamente combativo que lhe granjeara prestígio a nível operário...

— Exacto. Aliás os trabalhadores dos Plásticos tiveram oportunidade de verificar isso mesmo, por exemplo nas negociações da Celcat, da Pereira e Brito, da Dioga d'Ávila, etc., e muitas vezes nos vinham pôr problemas. Sempre lhes dissemos que deviam bater o pé à direcção, forçá-la a tomar posições ao lado dos trabalhadores.

E. S. — Entretanto, dá-se o 25 de Abril...

— Dá-se o 25 de Abril e logo nos surgem os trabalhadores dos Plásticos dizendo que querem trabalhar conosco.

É preciso frisar que em tempos os plásticos e os químicos tinham o mesmo sindicato (alguns plásticos têm ainda cartão dos químicos). Mas o Governo fascista, ao qual interessava a divisão dos trabalhadores por sindicatos de pequena força, decidiu, em 69 ou 70, o fracionamento em dois sindicatos.

Pois quando os trabalhadores dos plásticos apareceram

responderam-lhes que, uma vez que dispunham de um sindicato, deviam expulsar a direcção, convocar uma assembleia, etc., em suma; resolver os problemas do seu próprio sindicato.

E. S. — Não se pôs nessa altura o problema da fusão?

— Não; aliás, o processo de integração é de efeitos muito mais rápidos, pois a fusão implica eleições e nós fomos eleitos a 24 de Março com um programa de trabalho que estamos a procurar levar por diante, pelo que um período eleitoral neste momento viria deitar por terra toda essa sequência. Além disso outros trabalhadores doutros sindicatos têm decidido a integração, ou estão em vias disso, como os das Moagens, dos Lactínios, dos Vidros, etc., e não poderíamos estar a realizar eleições de cada vez que se fizesse uma fusão. De qualquer modo faremos eleições logo que todos estes problemas estejam concluídos.

Em 12 de Maio, sabendo que íamos realizar uma assembleia no Pavilhão dos Desportos, os trabalhadores dos Plásticos através de uma comissão «ad hoc» que tinham eleito em substituição da direcção fascista, pediram-nos para realizar nessa altura a sua própria assembleia.

Permitimos que preenchessem a primeira hora da nossa assembleia com a discussão e votação da proposta de integração, tendo nós tomado todas as precauções para que o fizessem sem qualquer interferência da parte dos trabalhadores dos Químicos. A integração foi aprovada por unanimidade. Então a Comissão Directiva «Ad Hoc» afirmou que para completar o processo, ia consultar os sócios das zonas de Leiria e das Caldas da Rainha.

Entretanto, abrimos sucursais (na Póvoa, em Sacavém e Amadora) e começámos um trade formação de delegados sindicais, em cerca de 20 empresas. Os tra-

balhadores plásticos apareciam também, mas nós nada podíamos ainda fazer por eles pois nos faltavam elementos (mapas, ficheiros, contratos, etc.); convidamos a Comissão Directiva «Ad Hoc» a reunir regularmente conosco e a aparecer pelas nossas sucursais a fim de receber os trabalhadores que aí afluíam. O mês foi correndo e nada disto era feito — embora soubéssemos que os trabalhadores das Caldas e Leiria tinham já aceite a integração.

Por fim, a comissão veio falar conosco para tratar da transferência de material para a nossa sede, ficando assente que a comissão iria trabalhar a nosso lado. Houve divergência de opiniões quanto a dois pontos, sendo sobre eles



a nossa posição intransigente; em primeiro lugar não aceitamos o advogado dos Plásticos, que aliás já fora dos Químicos onde tivera uma actualização manifestamente contrária aos interesses dos trabalhadores e que além disso ocupava um lugar no Ministério das Corporações. Também houve divergência quanto ao facto de dois elementos da comissão pretenderem ficar como funcionários deste Sindicato; efectivamente, consideramos incorrecto que os dirigentes sindicais sejam funcionários do Sindicato e não trabalhadores como os restantes camaradas seus.

No dia aprazado para a mudança, a comissão dos Plásticos não apareceu. Voltamos a contactá-la para marcar uma reunião com os empregados de ambos os sindicatos, a fim de distribuir tarefas.

Entretanto, «O Século» publica uma notícia onde se afirma que o sindicato dos Químicos queria absorver o Sindicato dos Plásticos — tratava-se de um comunicado pagado.

EVASÕES

E. S. — Parece pois que a partir de certa altura há um propósito deliberado de evitar a integração...

É verdade. Em Julho, um grupo de trabalhadores dos Plásticos ocupa o Sindicato, perante o protelamento sucessivo e inexplicável da execução do que fora decidido nas assembleias de Lisboa, Leiria e Caldas. Então, outro grupo de trabalhadores, vindos da Marinha Grande invade a sede do Sindicato e leva material, incluindo móveis.

Em Agosto, faz nas Caldas da Rainha uma assembleia, convocada para escolher nova comissão. Esteve presente um elemento da Intersindical. Ai passou-se o seguinte: dos cerca de 50 trabalhadores que tomaram parte na votação, cerca de 30 abstiveram-se e 21 votaram a favor.

É esta comissão, eleita em tais circunstâncias, que a Inter e o Ministério reconheceram.

Note que a comissão na sua maior parte é constituída por trabalhadores da Marinha, o que só atrasa o trabalho aqui em Lisboa.

E. S. — Não houve reacções aqui em Lisboa?

— Houve. Primeiramente, foi convocada uma reunião para a Voz do Operário, que caiu sobre a crise de fins de Setembro, pelo que teve apenas cerca de 400 trabalhadores presentes, mesmo assim mais do que a das Caldas. A comissão aí eleita não foi todavia reconhecida pelo Ministério. A seguir, foi convocada uma manifestação para o Ministério do Trabalho, que teve a participação de 800 a 900 trabalhadores, exigindo a resposta do ministro (que a prometeu para o dia seguinte) que depois se dirigem para a sede do Sindicato (tudo isto com prévio conhecimento da Comissão Directiva dos Plásticos eleita nas Caldas) onde exigem que se proceda de acordo com a vontade expressa da maioria dos trabalhadores.

e invasões

Inicia-se o inventário dos bens do Sindicato e o que se passa é que a Comissão Directiva, apesar de avisada, se tinha esquecido do selo noutra andar do edifício (uma casa comercial, por acaso), o que provocou a excitação momentânea de um dos trabalhadores dos Plásticos. Foi a isto que um membro do C. C. do P. C. P. chamou agressão da Direcção do Sindicato dos Químicos à Comissão Directiva do Sindicato dos Plásticos... (aliás vamos mover a esse indivíduo um processo judicial por afirmações falsas).

Da Intersindical telefonaram para vários sindicatos, dizendo que a reacção se tinha apoderado do Sindicato dos Plásticos, o que provoca a afluência de trabalhadores desses sindicatos que obrigam

ao encerramento das portas do Sindicato.

No dia seguinte — 9 de Outubro — trabalhadores dos Plásticos concentram-se em frente do Sindicato, pretendendo forçar a entrada e chegando a chamar um técnico para abrir a porta, até que o Ministério propõe a realização de nova Assembleia, marcada primeiro para 20 e depois adiada para 27 de Outubro.

mentiras e violência

E. S. — Contem-nos agora o que se passou efectivamente nessa assembleia.

— Houve propagação de parte a parte — da Comissão eleita nas Caldas (que não obteve apoio até recorrendo ao argumento mentiroso de que, com a integração, os Plásticos não ficariam com os mesmos direitos dos Químicos) e da Comissão eleita na Voz do Operário, favorável à integração. Durante essa campanha, um camarada nosso, dos Químicos, foi em Leiria brutalmente espancado por elementos responsáveis do P. C. P., que nem sequer pertenciam aos Plásticos (temos os nomes e vamos comunicar o caso à Polícia).

Imprensa na mão

E. S. — A Imprensa não se referiu a esse facto!

— De um modo geral, a Imprensa tem calado os nossos comunicados e esclarecimentos, apresentando versões unilaterais e deturpadas dos acontecimentos.

E. S. — Voltando à assembleia do dia 27...

— A assembleia estava inicialmente marcada para as 14 horas e à última hora foi adiada para as 15. A Comissão Directiva convidou-nos para assistir, mais a Intersindical e o Ministério do Trabalho.

Notava-se uma certa efervescência por parte de alguns trabalhadores, que desconhecendo o adiamento, se encontravam desde as 13.30 no Pavilhão do C. D. U. L. Essa impaciência aumentou quando o delegado do Ministério do Trabalho não apareceu à hora marcada.

Em decernida altura, alguns elementos presentes desenvolveram cartazes onde se lia que a direcção dos Químicos era fascista, etc. Isto naturalmente levou os ânimos ao rubro durante alguns minutos.

As turvas águas santas



Ano XV SETEMBRO 1974 N.º 771
PUBLICAÇÃO MENSAL (AVANÇADA)
PROGRESSO
DE ÁGUAS SANTAS

Redacção e Imprensa: Rua da República, 10 - Fátima da Ilhéu
Editor e Director: P. RABELO FERREIRA, PORTO
Ano de fundação: 1959
N.º de exemplares: 1000

A VERA EFÍGIE

DO COMUNISMO

Por P. ABEL GUERRA, S. J.

Quem quiser conhecer mais o comunismo, que leia "O comunismo explicado a todos", de José Fontana. É um livro excelente, escrito por um autor que conhece o comunismo em primeira mão. É uma obra de referência para todos os interessados no assunto. É um livro que merece ser lido por todos os cidadãos portugueses.

... e a Igreja Católica, por ser uma das instituições que têm sido mais atingidas pelo comunismo. É por isso que a Igreja Católica tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo. É por isso que a sociedade portuguesa tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

De qualquer modo, o clima de violência que se desencadeou foi rapidamente sanado e ocorreu antes de se ter dado começo aos trabalhos da assembleia.

A comissão não fazia para começar a assembleia, embora tentasse entregar-nos a chave do Sindicato. Chamamos o Copcon para assegurar a normalidade da reunião e chegámos mesmo a sugerir que se fizesse nova assembleia, mas os trabalhadores dos Plásticos não queriam mais adiamentos, queriam votar a integração. Estavam 800 ou 900 trabalhadores presentes, houve cerca de 30 votos contra a integração.

A chave foi-nos finalmente entregue e combinou-se que na segunda-feira se processasse as formalidades legais no Ministério.

Quando aí chegámos, fomos recebidos por um dos funcionários, que com «O Século» na mão nos disse que em virtude da notícia vinda a público nesse diário, o Ministério tomara a decisão de suspender os efeitos do que foram aprovado na assembleia do dia anterior, procedendo-se a um rigoroso inquérito.

Resta saber qual o critério que o Ministério vai aplicar na audição das testemunhas...

Minoria significativa

E. S. — Quer-me parecer que este processo colocou a Direcção dos Químicos em nítido confronto com a Inter-sindical. Neste momento em que tanto se fala de unidade sindical, gostaria de saber a vossa posição, à luz da experiência que vocês retiram dos acontecimentos que acabam de me relatar.

Entendemos que a unidade sindical deve ser defendida a todo o custo, pois em nada a divisão favorece os operários. Não sabemos da Inter-sindical, pois somos mais uma voz a contribuir para o esclarecimento doutros trabalhadores. Todavia exercemos sempre uma crítica a todas as concepções dirigistas do trabalho sindical.

Por outro lado, verifica-se que um grupo de direcções sindicais mais combativas se tem vindo a fortalecer, como ficou demonstrado no recente Plenário da Inter-sindical realizado no Porto, onde, dos 95 sindicatos representados, 21 tomaram posição a favor da proposta de uma manifestação contra a lei da greve.

Parece-nos que o secretário não pode ter os poderes que exerce e que a Inter-sindical deve ser uma estrutura democrática, que aceite no seu seio as várias correntes de acção sindical neste momento existentes. Sem isso, não vemos possibilidade de salvaguardar a unidade sindical.

Na 6.ª-feira, 25 de Outubro, o PPD fez um comício no Pavilhão dos Desportos. E convenhamos que nenhum recinto podia ser mais adequado às soluções que ali se avançaram para os problemas portugueses.

Reivindicou-se social-democracia, mas só o futuro dirá se com êxito ou não. De todos modos, há que reconhecer que a social-democracia europeia vem de outras zonas. Resultou da inflação de uma parte do movimento socialista europeu que abandonou a contestação do sistema capitalista no seu todo e se ofereceu como alternativa para a sua gestão. Vieram das prisões, dos exílios, das resistências nacionais — e, com o prestígio popular que ganhariam na luta, podem oferecer ao sistema uma certa possibilidade de controlo da massa operária, levando esta à contemporização. As principais figuras do PPD vêm da direita liberal e não trazem consigo uma base operária ou sindical; pelo contrário, querem agora conquistá-la, compensando com o rótulo de sociais-democratas e com referência aos modelos europeus o prestígio de massas que não têm, os exílios e as prisões que não sofreram, a resistência que



Um Comício...

... não fizeram. A social-democracia europeia pode ser suspeita de um assalto aos privilégios; o PPD, que já os traz consigo, é apenas suspeito de os querer defender. A II Internacional e o sistema capitalista talvez não façam grande negócio com o baptismo que o PPD pretende. Mas, de qualquer forma, é deles a última palavra.

Falou-se dos trabalhadores portugueses. O orador usou a primeira pessoa do plural, o que pode ter surpreendido os ouvintes menos familiarizados com o plural majestático. Sugeriu-se a eliminação da exploração capitalista pela «co-propriedade, co-gestão e co-decisão dos meios de produção». Não ficou claro se o orador estava a pensar em sociedades por quotas.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

... e a sociedade portuguesa, que tem sido alvo de ataques e perseguições por parte do comunismo.

Esquerda Socialista

Jornal semanal, propriedade do Movimento de Esquerda Socialista
Director Interino César Oliveira

Continuação da pág. 1

Isto não impediu que continuássemos a batalhar na defesa das nossas concepções e a avançar no nosso trabalho autónomo. Por isso não é de admirar que tenhamos surgido, após o 25 de Abril, empenhados de novo nesse movimento.

Hoje, com o aproximar de um período de luta aberta no terreno eleitoral legitimado pelo M. F. A., voltamos a colocar os mesmos problemas de fundo que no período anterior ao 25 de Abril tínhamos sumariamente analisado.

Agora com mais gravidade, o M. E. S. não aceita divisões artificiais dos terrenos de luta nomeadamente o que respeita à luta democrática e à luta política. Na sequência desta nossa concepção, o M. E. S. não pode aceitar a transformação do M. D. P. em Partido.

As razões e os motivos de fundo que estão na base desta nossa posição não são obviamente os mesmos que motivaram as posições do P. S. P. e do P. P. D. Para esses Partidos a eventual preparação do M. D. P. para concorrer às eleições, transformado em Partido, representa uma séria ameaça de concorrência; concorrência considerada «desleal» pelos Partido Socialista e Popular Democrático, na medida em que seria manipulada pelo seu real adversário com fortes ambições eleitorais: o Partido Comunista Português. Se a crítica do P. S. P. e do P. P. D. não que respeita à manipulação aludida é justa, não estejamos a ludir o povo!, não deixamos ser fruto de uma posição política de direita, pois vista de facto os mesmos objectivos, sem nunca a eles se referir: limpar o terreno para as suas ambições eleitorais. Toda esta polémica se trava já no campo eleitoral, na disputa dos lugares para a Assembleia Constituinte, cujas eleições hão-de ter lugar só em Março de 1975.

Informar sobre o processo de democratização, estabelecendo o diálogo que permita a participação a partir dos problemas efectivamente vividos por cada comunidade.

Este programa é tanto mais necessário, pois todos os dias nos chegamos pelos exemplos do contínuo ataque dos reacçãoários, como este de um Boléttim Paroquial, composto e impresso com «aprovação eclesiástica».

O M.E.S. não entra nesta disputa, não porque menospreza a importância política das eleições, mas porque nunca se colocou no movimento democrático alimentando ilusões eleitoralistas.

Nós não aceitamos a divisão do País em zonas politizadas e zonas despolitizadas; nós não aceitamos a existência de um partido para as grandes zonas industriais e de outro para as zonas rurais. É sempre a ilusão eleitoralista que está por detrás destas táticas. A própria política da conciliação de classes tem limites!

A luta política trava-se em todas as frentes adoptando uma única estratégia. Aquela que serve os interesses da classe operária e das classes trabalhadoras, na luta pela sociedade socialista, como fase de transição para a sociedade sem classes. Para atingir os fins apontados por esta estratégia, de que muitos se reclamam, adoptam-se várias táticas.

Para nós, no momento político actual, só há uma tática correcta: aquela que se deve traduzir na exigência do cumprimento integral do Programa do M. F. A. A prática tem provado que as efectivas concretizações do Programa do M. F. A., os verdadeiros golpes na máquina fascista se ficam a dever à capacidade de luta e à iniciativa demonstradas pelas massas trabalhadoras. Uma tática que trave e limite as lutas e a iniciativa política das massas trabalhadoras não é uma tática revolucionária, pois não só barra o caminho ao cumprimento do Programa do M. F. A., como abre as portas à reacção e a todas as manobras da burguesia no sentido de liquidar as conquistas populares. Há que saber enquadrar a luta democrática nos objectivos estratégicos da luta de classe do proletariado; articulando-a estreitamente com os momentos de ruptura anticapitalistas que a luta dos trabalhadores for criando; concebendo-a como uma forma de trazer para o campo de luta anticapitalista, controlada politicamente pelos operários industriais e agrícolas, as camadas não proletarizadas nela interessadas. Porque procuramos, ao nível da prática, ser consequentes com esta perspectiva de luta, não só nos opomos à linha dominante no interior do MDP que agora se manifesta na sua transformação em Partido como também nos opomos às críticas claramente eleitoralistas que lhe são movidas pelo P.S.P. e pelo P.P.D.

Grítou-se por «eleições e vitória» — mas, ninguém se pode censurar por isso!

Chile - Golpe visto por dentro

Concluimos hoje a publicação das importantes revelações do comandante da Força Aérea Alamiro Castillo Aliaga, perante a Comissão Internacional de Investigação dos Crimes da Junta Militar Chilena. A exposição daquele comandante, realizada a 27 de Junho refere-se pormenorizadamente aos preparativos e execução do golpe militar fascista.

MANUAL DE CONTRA-SUBVERSÃO

O manual confidencial das FFAA norte-americanas, que fala sobre golpes de Estado cumpriu-se fielmente.

Este manual fala em 1.º lugar em atingir violentamente as forças populares, quer dizer, chegar ao seu aniquilamento total, sem dó nem piedade. Atongor, profundamente, empregar todas as forças disponíveis no máximo do seu potencial de fogo.

A seguir, este manual fala de desarticulação do aparelho directivo dos partidos políticos através das buscas massivas, de contra-fés e de listas de inocentes chamados a apresentarem-se voluntariamente.

Em seguida passa-se à «repressão selectiva» e ao emprego de qualquer meio incluindo

do os mais brutais para obter informações. Planeia-se a criação de Campos de Concentração e exige-se a violência como meio de atemorizar.

Emprega-se a Força Aérea contra objectivos perfeitamente delineados — no nosso caso La Moneda e a residência presidencial de Tomás Moro. Utilizou-se o foguetão e a granada explosiva de 20 mm, do avião Hawk Hunter. Dias antes do golpe, o Alto Comando da FACH reuniu os comandantes de unidade com o pretexto da parada militar de 19 de Setembro. Foram então informados de que as ordens iriam pela rede do comando do Exército e deviam cumprir-se com rapidez e presteza.

EXITO DO GOLPE MILITAR

O êxito do golpe militar conseguiu-se em 1.º lugar, graças à sistemática guerra psicológica no interior das FFAA, o que necessitou do concurso e do apoio de especialistas que não existiam no Chile. Houve necessariamente, que importar dos Estados Unidos, mestres nesse tipo de actividades bélicas.

Em 2.º lugar, esse êxito ficou a dever-se a fortes pressões a que os sediciosos submeteram os oficiais e oficiais-subalternos.

Em 3.º lugar, paradoxalmente, à disciplina que tornou possível que se cumprissem, cegamente, as ordens e directrizes emanadas do Alto Comando.

É justo constatar o sacrifício incluindo a própria

morte, daqueles chefes, oficiais e oficiais-subalternos que não acatarem as ordens da Junta, que implicavam um crime de lesa Pátria, traição e sedição. Foram os mártires que deram a vida em defesa dos sagrados princípios e do juramento que os militares fizeram perante o Altar da Pátria.

Se o Governo tivesse tido gerais leis e que tivessem sabido cumprir o seu dever, nada dos horrores que hoje sofre o Chile teria tido lugar.

Nem os oficiais nem os oficiais-subalternos sediciosos se teriam atrevido a ir contra a estrutura formal das FFAA: Só como apoio dos Altos Comandos se pôde chegar ao golpe militar.

CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE MILITAR

Apesar do sucedido e ainda que pareça surpreendente, mais de 90 por cento dos oficiais e oficiais-subalternos foram surpreendidos pelo golpe militar.

Viviam-se numa situação de pânico, mas era necessário o apoio dos altos chefes para uma aventura golpista.

VANTAGENS PARA OS MILITARES

— **Económicas:** aumento dos salários.

— **Prestígio:** ganharam prestígio perante a alta burguesia.

— **Abastecimento de produtos essenciais:** fazem o seu abastecimento directamente.

DESVANTAGENS

— **Tranquilidade pessoal:** perderam-na totalmente. Vivem nos quartéis e nos lugares sob custódia militar. Temem pela sua segurança pessoal e pela das suas famílias.

— **Desprestígio:** perante a generalidade da opinião pública, incluindo aqueles que os aplaudiram no início pela triste acção da Junta Militar no plano económico.

— **Actividades militares:** sofreram uma grande sobrecarga por excesso de guardas serviços, patrulhas, rondas etc.

— **Liberdade:** como são eles que reprimem a acção do povo, a sua liberdade e mobilidade estão enormemente reduzidas.

O PROCESSO MILITAR

«Vae Victis» — é o que resume a situação dos meus camaradas presos. Será possível que os julgarem e condenem por querer defender a Constituição Política do Chile?

O Código da Justiça Militar ep bem claro e diz no seu artigo 272:

«Os militares que, em n.º de 4 ou superior, recusem obedecer aos seus superiores façam reclamações ou peções desrespeitosas ou em tumulto, ou resistam ao cumprimento dos seus deveres militares, serão castigados, como responsáveis por sedição ou motim».

«O que eleve a voz ou encabece a sedição, os promotores e o de maior patente, ou o mais antigo, se houver vários da mesma patente, terá pena de presidio militar maior, em grau máximo ou a morte, quando o delito tenha lugar frente ao inimigo, ou a rebeldes ou outros sediciosos, ou se o motim caou a morte de alguma pessoa.»

Neste caso, são os sediciosos que, tendo vencido se arrogam o direito de julgar os meus camaradas, por tal delito. Creio que, as aberrações jurídicas têm um limite, aqui se ultrapassou esse limite.

Que se teria passado se o golpe tivesse falhado? Como teria aplicado o artigo 272 o juiz militar de um Tribunal legal e perfeitamente constituído? Aeles sim, cabia-lhes a pena de morte. Eles sabem-no e «como não têm razão empregam a razão das bestas, a força disse um general argentino.

Argumentam que existia antes do 11 Setembro de 1973 um estado de guerra interna. Porque não o disseram? Vamos adivinhar o tal estado de guerra? — Como se acusa de conviver omo o «inimigo», se o 1.º inimigo do Chile, segundo eles, o presidente Allende,

repartia com o Corpo de Generais a função de cargo de Chefe de Estado e de Generalíssimo das XX dia anterior ao do golpe militar?

O Fiscal da Aviação, general Orlando Gutiérrez, insignificante como o foi toda a sua vida, teve oportunidade por fim de brilhar, como fiscal na farsa jurídica montada contra 57 oficiais, oficiais-subalternos e civis.

É diferente o caso do general Juan Soler, presidente do Conselho de Guerra, que não é obrigado a aceitar as medidas draconianas do general Gutiérrez. Ele sabe quem são os militares que está a julgar: engenheiros, técnicos, professores de matemática ou física e até um médico militar.

Uma das acusações contra os processados é a suposta entrega de planos da base aérea EL Borque. Mas o general Gutiérrez sabe que não existe tal entrega de planos, que além disso, não são os planos da linha Maginot nem da linha Sifrids, nem o país — por último — estava em guerra.

Se existia uma guerra, era secreta e só a conheciam os sediciosos.

Acusou-se o capitão Raúl Vergara como autor intelectual duma suposta sedição. Este oficial, a única coisa que dizia era: «A todo o custo, há que defender a Constituição». Hoje está preso e com pedido de condenação à morte.

O mesmo acontece com os distintos oficiais Carvacho e com o Comandante Ernesto Galaz, com os sargentos Mario O'Ryan e Belarmino Constanzo e com o estudante da Escola de Especialidades da FACH, Ricardo Gálvez.

Não quero continuar mais com este tema, que me emociona bastante, como sei que acontece a Vossas Excelências.

CONCLUSÕES FINAIS

Só tocarei alguns aspectos porque a conclusão final será dada pela história.

RESPONSABILIDADE DO GOVERNO NORTE-AMERICANOM

Constata-se que em todo o processo de gestão do golpe no Chile, aparece a mão sinistra da Embaixada e das FFAA norte-americanas através as suas missões Militares, Naval e Aérea. Sem o seu apoio, os seus conselhos e os seus recursos, os chefes mili-

tares chilenos não se teriam atrevido a instrumentalizar um acto de tal envergadura e de tão profundo significado para o nosso país.

FUTURO DO CHILE

O reinado do terror não pode ser eterno. Creio que o pesadelo que vive actualmente o Chile tende para um despertar. Terá que haver gente sensata nas FFAA, a direcção do regime militar, que detenha, de uma vez, os crimes, as torturas, a intranquilidade.

ALERTA AOS MILITARES

Do Chile: Digo aos meus camaradas de armas do Chile:

— «Senhores, o que é que se ganhou? — são acaso vocês ou o povo mais felizes estão mais seguros e tranquilos que antigamente? — valeu a pena fazer o que se fez?»

Do mundo inteiro: Digo aos meus camaradas de armas de todo o mundo: Senhores, vejam o que se passou no Chile. Abram bem os olhos. — Assim se instrumentalizou o golpe de Estado no Chile! Assim pode acontecer nos vossos países, ou em algum país da América Latina, Ásia, África ou Europa.

Cuidado com a guerra psicológica. Vejam de onde vem vejam, a quem beneficia, percebam para onde vos querem levar. Com estas coisas não ganhamos nós os militares, não ganha o povo, não ganha o país. Deste modo ganham só alguns altos chefes e sobretudo gente com dinheiro, que aumenta a sua riqueza.

Assim ganham as Companhias Multinacionais que librem lucros cada vez mais fabulosos à custa do nosso subdesenvolvimento. Empresas estrangeiras, que vêm nos nossos países porque a um operário boliviano chileno ou brasileiro pagam 10, ou 20 ou 30 dólares por mês por um trabalho que nos Estados Unidos deveriam pagar 300 dólares

ILEGITIMIDADE DO ALTO COMANDO

O Alto Comando com a sua acção colocou-se duplamente fora da lei.

USO INDEVIDO DO PODER

Faz um uso imoral e ilegal das suas facultades de poder, levando todas as FFAA a posições anti-constitucionais, que rompem com a traição.

ABUSO DO PODER MILITAR

Aproveitando o grau de disciplina e isolamento das FFAA, orientou-ase obrigou-as a depôr o Governo legítimo para instaurar a mais feroz ditadura que o país jamais conheceu.

COMPORTAMENTO DAS FFAA

Senhores da Comissão Investigadora!

Nem todos os militares chilenos são criminosos ou sediciosos. Alguns actuaram enganados e de boa fé, ao princípio, outros por disciplina outros por não terem outra alternativa.

Deveis ser duros com os chefes que planearam o crime, com os militares torturadores, com aqueles que descarregaram as suas baixas paixões sobre os prisioneiros, os feridos e até os mortos.

Tentei ser objectivo, embora a emoção me tivesse traído, por vezes.

O golpe militar no Chile — assim como a milhares de compatriotas — destruiu a minha vida e a minha carreira militar. Cortou as minhas esperanças e a de todo um povo. Separam-me dos meus queridos. Sem dúvida estou certo, de quem breve se imporá à sensatez, à justiça e à linha Pátria voltarão a normalidade, a liberdade, a democracia e alegria.



M.F.A.

O PODER DE FACTO - II

Na madrugada de 25 de Abril, quando a par das colunas de blindados e das forças de soldados e marinheiros comandadas por oficiais do M.F.A. e por milicianos, se começou a desenhar nas ruas de Lisboa uma presença popular, apesar dos insistentes apelos para que ficassem em casa, que horas mais tarde assumiria aspectos impressionantes, ficou dado o carácter de massa ao golpe militar.



O golpe militar, que já por si fugia às características de «putsch», pois era fortemente determinado por um conjunto alargado de jovens oficiais progressistas, tornou-se irremediavelmente antifascista no momento em que as movimentações populares fizeram surgir claramente as exigências de libertação de todos os presos políticos, de desmantelamento da P. I. D. E. / D. G. S., L. P. e A. N. P., de prisão para os criminosos fascistas, etc.

Por este facto, saíram reforçadas, no seio do M. F. A., as orientações de cariz democrático, que, por oposição à tendência spinolista, pretendiam avançar num sentido popular.

A palavra de ordem de aliança entre as forças democráticas e o M. F. A. souberam as massas populares, nessa altura, dar o sentido mais correcto, avançando com lutas, quer nas ruas, quer nos locais de trabalho e alcançando algumas das suas mais significativas conquistas do pós 25 de Abril.

O CAPITAL NÃO DESISTIRÁ

Não nos esqueçamos que, quer no que respeita ao saneamento, quer no que respeita a conquistas salariais e redução de horários de trabalho, foram os tempos que logo se seguiram a Abril os mais importantes.

O derrube do fascismo, na medida em que assumiu

formas concretas que ultrapassaram largamente os estreitos limites em que poderia interessar às forças neocolonialistas, ao capital financeiro e, portanto, ao imperialismo internacional introduziu na expressão política da nova situação um equilíbrio instável composto de estratégias fortemente contraditórias. Por um lado o M.F.A. abraçou com um programa susceptível de várias interpretações, recusando a sua institucionalização e colocando nas mãos de uma Junta de Salvação Nacional constituída por generais que agora todos conhecemos um pouco melhor, o poder constitucional de decidir em seu nome. Por outro lado, um Governo Provisório possuía das mesmas contradições que se apontam ao programa do M.F.A., constituído por forças políticas representativas de interesses de classes diferentes; com a agravante de as forças de esquerda professarem estratégias de equilíbrio objectivamente incapazes de romper em favor das massas populares o círculo vicioso em que são obrigadas a mover-se.

Começou-se, então, a assistir a um processo no decurso do qual, ao mesmo tempo que se afirmavam intenções populares, também se procurava dar confiança aos capitalistas, com o objectivo de que estes não deixassem de investir.

Assim, logo o Governo Provisório iniciou os seus apelos à «ordem» por forma a que as movimen-

tações dos trabalhadores, em termos dos seus interesses de classe, não viessem a fazer perigar a tarefa da conciliação de classes.

O 1.º de Maio, apesar de ter sido uma grandiosa manifestação da classe operária e das massas populares em geral, conteve já os suspetíssimos elogios do «cívismo», que vieram a culminar com o boicote à intervenção do operário da TAP, militante do M. E. S., António dos Santos Júnior.

UM PODER CONTRADITÓRIO

O M. F. A. estava assim na situação de se deixar instrumentalizar conscientemente, ou pelas classes trabalhadoras na luta pelo socialismo, ou pela burguesia nas desesperadas tentativas de controlo autoritário para perpetuar a exploração e a opressão. No seio das Forças Armadas desde logo se começaram a desenhar tentativas que visavam a dissolução do M. F. A., a pretexto de que a sua missão estava cumprida.



Numa reunião ocorrida em 13 de Junho em que participaram oficiais do M. F. A., membros da Junta de Salvação Nacional e os então ministros Vieira de Almeida e Sá Carneiro (porquê estes?) este último propôs implicitamente a criação de uma ditadura militar como forma de obviar ao «estado caótico do País».

Era a voz do capital financeiro tentando instrumentalizar o M. F. A.

O MFA E A REPRÉSSÃO

Esta posição criou condições para que Spínola exigisse ao Movimento o reforço da sua autoridade, obviamente à custa do definitivo enfraquecimento da-quele.

A recusa do M. F. A., mais propriamente da sua facção progressista, obrigou a burguesia a procurar outro caminho para a concretização dos seus intentos. Serviu-se pois dos seus mais directos representantes no Poder para criar a crise do 1.º Governo Provisório, em nome do autoritarismo e, portanto, da repressão à dinâmica popular.

Poucos dias antes, tinha já conseguido utilizar o M. F. A. como instrumento de repressão a uma luta assumida colectiva e autonomamente pelos trabalhadores dos C. T. T.

Foi a primeira atitude claramente repressiva das «forças democráticas» sobre os trabalhadores, só possível pelo facto de o M. F. A. se deixar perder no meio dos estranhos equilíbrios do Poder.

A forma como se derrutou a primeira grande tentativa reaccionária no seio do 1.º Governo Provisório é bastante significativo. A entrada dos oficiais do M. F. A. para o Governo Provisório, se por um lado garantiu uma certa fidelidade ao Programa, por outro lado veio criar condições para que o M. F. A. na sua totalidade fosse responsabilizado por situações que só as recusadas «reformas de fundo» podem resolver.

A prova disto está nos recentes acontecimentos da «maioria silenciosa» que voltaram a pôr na ordem do dia a necessidade de uma interpretação progressista do Programa do M. F. A. como medida mínima para o combate à reacção.

COMPLACÊNCIA PARA A REACÇÃO!

A situação real deste País, que se não compadece com exortações abstractas à consolidação da democracia (que tipo de democracia?) continuou a patentear-se nas manobras cada vez mais intensas da burguesia, quer através do boicote económico, quer através dos despedimentos em massa ou da alta de preços e nas lutas dos trabalhadores, que continuam a sentir na carne a opressão e exploração capitalistas.



Algumas destas lutas, precisamente as que traduziram uma forte consciência de classe dos seus empreendedores, fugindo ao controlo burocrático das organizações reformistas, em particular a da TAP, vieram demonstrar que, na ausência de uma interpretação progressista do Programa, o M.F.A. assumirá sempre compromissos que o conduzem à repressão daqueles que diz defender. A regulamentação do direito à greve, de facto uma verdadeira lei antilgreve é resultado desses compromissos e também, diga-se, do espírito de conciliação de classes da maioria das direcções sindicais. O que é curioso observar é que, sempre que o M. F. A. se deixa instrumentalizar pelos interesses da burguesia, julgando poder assegurar assim uma situação de «paz social», sucedem crises em que entre outras coisas põe em jogo a sua própria existência.



O 27-28 de Setembro só foi possível mediante a complacência no tratamento dado à reacção ou seja, na ausência de concretização da estratégia antimonopolista que o Programa aponta e do saneamento a todos os níveis, incluindo as Forças Armadas e no facto de o M. F. A. não assumir completamente o seu papel de vanguarda dos manifestos do quadro permanente das Forças Armadas.

A reacção, quando encorajada pela benevolência dos seus inimigos não hesita nem hesitará em atacar.

A CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL

Importa também esclarecer que é ilusório pensar que a luta se desenrolou entre os saudosistas do antigo regime e as chamadas forças democráticas. Do facto de ser possível detectar uma grande coerência entre a manobra «maioria silenciosa» e a cobertura que Spínola objectivamente lhe deu, na linha de entendimento possível de constatar desde o 25 de Abril entre as ofensivas reaccionárias e algumas facções do Poder, é lícito concluir que a irrequiete política da extrema direita é instrumentalizada por forças que pretendem adquirir nos conflitos uma aparência centrista.

Essas forças são exactamente as que fazem o jogo do capital financeiro, que não aparecem directamente ligadas à extrema-direita, (importa salvar as aparências) mas que a utilizam como tropa de choque para tentarem assegurar a perpetuação da exploração capitalista em Portugal.

Spínola, vergando-se perante o reforço do M. F. A., em termos de capacidade militar e prestígio, demonstrou bem que as suas atitudes anteriores de apoio a Palma Carlos, em detrimento do M. F. A., de entrave ao processo de descolonização e de tentar reforçar o poder pessoal não foram atitudes isoladas, mas sim, bem encadeadas segundo uma lógica ao serviço de determinadas opções.

Do papel desempenhado pelas massas populares neste agitado fim de Setembro deverá o M. F. A. retirar a lição de que a aliança que com elas pretende fazer terá que ser dinâmica, ou seja, em movimento permanente, sem controlo burocrático ou directamente repressivo, numa via de construção de contra-poderes efectivos na base trabalhadora, capazes de responder à reacção em termos de avanço para o socialismo.

A contradição entre o capital e o trabalho, entre a burguesia e o proletariado, entre as forças progressistas e as reaccionárias, continua em aberto e cada vez mais aguda.

LUTA POR EMPREGO, POR HABITAÇÃO

NAS JORNADAS DEMOCRÁTICAS

Através dos seus militantes o MES esteve presente nas Jornadas Democráticas. Como sempre o fizemos defendemos aí de forma clara uma perspectiva política diversa da que tem sido, hegemónica no interior do MDP. De facto, quer nas sessões de esclarecimento que se realizaram durante o mês de Outubro, quer nas sessões finais de 1 a 3 de Novembro a nossa intervenção procurou sempre enquadrar a luta democrática numa perspectiva claramente antipcapitalista, subordinando-se portanto aos objectivos estratégicos que servem os interesses da classe operária. Não foi essa, como é evidente, a linha dominante no decorrer das Jornadas Democráticas. De facto estas decorreram sob o signo da conciliação de classes o que se tornou particularmente claro, por exemplo, nos debates da 3ª secção (Preços, Despedimentos e Democratização da Vida Económica).

Surgiram no entanto vários textos e intervenções orais no decorrer das sessões que proporcionaram certos momentos de verdadeiro debate político.

As passagens de alguns textos que a seguir transcrevemos são exemplos de algumas das posições que surgiram no decorrer das sessões e que correspondem à perspectiva política que defendemos.

OPOSIÇÃO TOTAL AOS

É fundamental, neste momento, a total oposição a qualquer forma de despedimento. As medidas mais eficazes serão as tomadas ao nível do Governo, quer pela promulgação de leis atingindo as empresas que promovam despedimentos — que podem ir até à nacionalização — quer pela introdução, nos contratos colectivos de trabalho, de cláusulas impedindo os despedimentos. No entanto, estas medidas exigem uma base popular de apoio, que terá de ser criada na luta diária contra os despedimentos, assumindo formas variadas conforme os casos, mas traduzindo sempre uma defesa intransigente do emprego. Não podem ser os trabalhadores a pagar os erros dos capitalistas, nem o preço da reconversão da economia portuguesa.

Nesta luta, será muito importante a **solidariedade dos trabalhadores do mesmo ramo ou do mesmo grupo de empresas** (particularmente no caso das multinacionais) que poderá ir até às greves de solidariedade ou à luta pelo funcionamento da empresa que a administração pretende encerrar (autogestão de empresa, como forma de luta contra os despedimentos e a sabotagem económica e que tem sido usada recentemente em Portugal com resultados diversos — como foram os casos do Rádio Clube Português, Firestone Portuguesa, Sogant, etc...).

Por outro lado, se o trabalho não é suficiente para todos os trabalhadores, as empresas podem diminuir o horário de trabalho mantendo os mesmos salários, de modo a dar trabalho a todos os trabalhadores.

As mobilizações dos trabalhadores, nos locais de trabalho e de habitação, em torno da defesa das suas conquistas poderá criar a **força popular** capaz de impulsionar o Governo Provisório e o País para fases mais avançadas da democratização da economia, passando ao **controlo dos investimentos e nacionalizações dos sectores-chaves**, para a satisfação das necessidades dos trabalhadores.

DESPEDIMENTOS

— Milhares de trabalhadores conhecem actualmente o desemprego.

— A maioria, sobretudo os maiores de 20 anos, não têm perspectivas de encontrar nova colocação a curto prazo.

— Há sectores, como os Têxteis e Vestuário, a Construção Civil, as Metalomecânicas, a Electrónica e os Cais, onde são despedidos todos os dias grande número de trabalhadores.

— Pela primeira vez, nos últimos anos, se verifica em Portugal a existência de um desemprego generalizado.

Porquê ?

Os patrões fecham as fábricas e despedem, porque, evidentemente, defendem os seus interesses não se importando nada com o facto de espezinharem os direitos dos trabalhadores. Contudo, nem todos os casos são iguais e assim podemos distinguir três causas diferentes de despedimentos e encerramentos:

1. Há o caso, pouco significativo, das empresas que só podiam sobreviver à custa dos salários de fome, que eram mantidos à custa da repressão brutal sobre os trabalhadores que o fascismo permitia e que agora, com um ligeiro aumento, vão à falência;

2. Há o caso das empresas de capital estrangeiro, que vieram para Portugal, apenas para explorar a mão-de-obra barata. Com as novas condições criadas pelo 25 de Abril, estas empresas deixam de estar interessadas em continuar cá e vão montar outras fábricas em países mais repressivos que Portugal;

3. Há ainda o caso das empresas que têm rendibilidade, mas que ameaçam fechar para obterem subsídios governamentais, que só servem para lhes aumentar os lucros, ou que despedem alguns trabalhadores e com menos trabalhadores vão conseguir a mesma produção, recuperando assim os aumentos salariais conquistados pelos trabalhadores.

Quem ganha ?

— Quem ganha são os patrões que por um lado vão recuperar os aumentos salariais e portanto manter ou aumentar os seus lucros.

— Quem ganha são os patrões que passam a dispor de um exército de reserva que lhes permite impor os salários que querem. Isso traduz-se, no mínimo, numa estabilização dos salários nominais o que conjugado com a inflação vai significar a diminuição dos já miseráveis salários reais.

— Quem ganha são os patrões na medida em que vão fazer chantagem com o espectro do desemprego para amedrontar os trabalhadores e paralisar as nossas lutas.

O programa ?

Com efeito os despedimentos e o desemprego que se verificam são contrários ao Programa do M.F.A.:

1. Porque se traduzem no agravamento da já miserável situação das classes trabalhadoras, quando o Programa defende a melhoria dessa situação;

2. Porque para lá de se traduzirem na não garantia do pão para as famílias trabalhadoras, se traduzem no desaproveitamento da força de trabalho desses homens e mulheres, que, julgamos, é indispensável, pois nos achamos muito longe da satisfação mínima das necessidades primárias da maioria dos portugueses.

Portanto o Governo Provisório deve aplicar o Programa do M.F.A. na defesa dos interesses dos trabalhadores que são a maioria da população, o que neste caso deve consistir em:

1. Proibir os despedimentos sem justa causa e os despedimentos colectivos enquanto não for substituída a legislação fascista;

2. Conceder subsídios às empresas quando esta for a única solução para não se verificarem despedimentos, quando a produção da empresa for de interesse para o País e for possível mantê-la em bom funcionamento e com regresso imediato dos trabalhadores despedidos;

3. Não conceder subsídios, sem uma eficaz verificação da sua justificação, para não acontecer que esteja pura e simplesmente a auxiliar os capitalistas a aumentarem os seus lucros;

4. No caso das empresas de capital estrangeiro, geralmente rendíveis, se for possível assegurar o seu funcionamento e a comercialização da sua produção, o Estado deve tomar conta delas e pô-las a funcionar;

5. No caso de outras empresas que produzem produtos com uma comercialização muito difícil, o Estado deve tomar conta delas e transformá-las adaptando a sua produção, sobretudo visando a satisfação de necessidades internas;

6. Por outro lado o Estado tem de garantir o salários aos trabalhadores que, apesar das medidas apontadas, sejam despedidos, através dos fundos que resultam das nossas actuais contribuições e descontos. Se tais fundos forem insuficientes têm de ser aumentados através de contribuições pagas pelo patronato;

7. O Estado deve impor pesadas indemnizações às empresas estrangeiras, que só vieram para cá para pilhar o povo português e que agora querem ir embora, a fim de cobrir os custos sociais com a criação de novos empregos;

8. O Estado deve nacionalizar, expropriando, todas as empresas que lançam mão da arma do despedimento com vista à criação do caos económico, ou que assumem atitudes violentas e reaccionárias como é o caso do patrão francês da Sogant;

9. Saída imediata de uma lei que proteja efectivamente os trabalhadores face aos despedimentos.

Que fazer ?

— Nós trabalhadores temos de recusar as horas extraordinárias enquanto os nossos camaradas são despedidos.

— Nós temos de impedir qualquer despedimento na nossa empresa, respondendo às ameaças de despedimento com a força imensa da nossa unidade activa, organizada e consciente.

— Nós temos que informar imediatamente o nosso sindicato e os outros trabalhadores dos despedimentos ou ameaças de despedimentos, contribuindo assim para a unificação da luta contra os despedimentos.

É chegada a altura de todos nós trabalhadores nos unirmos na luta contra os despedimentos, pela garantia do salário e do trabalho.

— CONTRA OS DESPEDIMENTOS E ENCERRAMENTOS!

— PELA PROIBIÇÃO DOS DESPEDIMENTOS SEM JUSTA CAUSA!

— PELA GARANTIA DO SALÁRIO E EMPREGO!

— SÓ UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Um grupo de trabalhadores de Vialonga.



Falamos de Comissões de Moradores no sentido de qualquer grupo organizado com base no local de trabalho e que procura dar resposta a problemas que se põem aos moradores dessa zona. É evidente que esse grupo terá de ter um mínimo de ligação ao conjunto da população da zona para o considerarmos uma Comissão de Moradores.

Sendo assim é evidente que existe uma grande diversidade de Comissões de Moradores, quer de acordo com os problemas (processos) que deram origem à sua formação, quer ainda de acordo com a composição social das populações que representam.

Neste aspecto convém referir o papel das Comissões de Moradores em bairros de barracas, de pré-fabricados ou outros bairros populares com grandes problemas de habitação. São estes os bairros em que as Comissões de Moradores surgiram de forma mais espontânea e desenvolveram maior actividade após o 25 de Abril.

No entanto não podemos pensar apenas neste tipo de bairros quando falamos em Comissões de Moradores. O controle dos preços e da especulação sobre as casas, a gestão colectiva de certos equipamentos sociais, animação cultural, podem dar corpo a constituição de Comissões em bairros com uma base social mais heterogénea e com problemas menos graves a nível de necessidades primárias.

AS COMISSÕES DE MORADORES COMO FORMAS DE PODER E INICIATIVA POPULAR

Há uma característica das Comissões que é importante destacar desde já porque dela depende em qualquer caso, a sobrevivência e significado político do seu trabalho — referimo-nos à necessidade de surgirem e se manterem permanentemente ligadas a preocupações e lutas muito concretas da população da zona. Ou as Comissões lançam a sua acção com uma ligação efectiva a problemas concretos dos moradores ou rapidamente se transformam num grupo fechado e marginalizado que nada representa em termos de poder e iniciativa popular.



A constituição das Comissões de Moradores deve portanto realizar-se sempre com base na luta efectiva pela solução de problemas concretos da população. A sua função política privilegiada é a de representarem formas de poder popular claramente controladas a partir da base em ligação com processos concretos de luta.

LIGAÇÕES ENTRE AS COMISSÕES E A POPULAÇÃO

Será necessário garantir que o controle efectivo da

Combateremos toda e qualquer ligação hierárquica e burocrática das Comissões de Moradores às Juntas de Freguesia ou à Câmara. De facto só assim se poderá garantir que sejam verdadeiros órgãos de expressão autónoma do poder e iniciativa populares.

Isto não impede a realização de contactos regulares e organizados entre as Comissões e as Juntas de Freguesia ou a Câmara. (contactos que de resto se apresentam frequentemente necessários e úteis). Como não impede que se lute pelo reconhecimento legal das Comissões de Moradores enquanto órgãos representativos da população.

O que se combate é a tentativa de transformar as Comissões de Moradores em estruturas de base de um aparelho administrativo centralizado, funcionando como mera correia de transmissão com as populações. O que combatemos é a tentativa de pôr as populações a reboque das soluções e dos projectos políticos que lhe vão sendo apresentados pelas autoridades. É neste sentido que defendemos a iniciativa autónoma das Comissões enquanto órgãos de expressão das aspirações populares.

COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

É evidente que as Comissões de Moradores não substituem outras formas de organização das populações de creches, instalações desportivas, etc... O aspecto decisivo destas experiências estará em conseguir garantir um verdadeiro controle colectivo sobre essas iniciativas. Neste aspecto é essencial que o seu lançamento seja precedido de um amplo debate com

se desenvolve e do seu amadurecimento. Neste sentido parece incorrecto, por exemplo, lançar uma cooperativa ou uma associação sem ter garantido previamente um mínimo de trabalho e de debate político em grupos de dimensão mais reduzida (como é o caso das Comissões de Moradores).

ALGUNS PONTOS CONCRETOS DE ACTUAÇÃO DAS COMISSÕES

I CONTROLE DOS PREÇOS: divulgando entre as populações as tabelas com os preços máximos; criticando essas mesmas tabelas no que diz respeito aos aumentos que mais se fazem sentir nas despesas diárias; lançando formas de debate público sobre como pode ser combatido o aumento de custo de vida.

II CONTROLE DA ESPECULAÇÃO SOBRE AS CASAS: divulgação e crítica da lei sobre as rendas de casa; controle da aplicação da lei particularmente quanto à questão das casas devolutas; discussão pública sobre o problema da habitação.

III GESTÃO COLECTIVA DE CERTOS EQUIPAMENTOS: lançamentos de experiências de gestão colectiva de creches, instalações desportivas, etc... O aspecto decisivo destas experiências estará em conseguir garantir um verdadeiro controle colectivo sobre essas iniciativas. Neste aspecto é essencial que o seu lançamento seja precedido de um amplo debate com

os que estão interessados na sua utilização.

IV O REALOJAMENTO E A EXPROPRIAÇÃO DE TERRENOS: nos bairros com problemas muito graves de habitação, água, esgotos, luz, etc... é natural que a acção das Comissões se centre na solução desses problemas. A questão fundamental nestes casos será a de encontrar objectivos de luta que sejam mais fáceis de atingir e que possam fortalecer a coesão da população e o avanço para processos reivindicativos mais exigentes.

No que diz respeito ao realojamento de populações que vivem em bairros de lata, de pré-fabricados ou outros do mesmo tipo, tem neste momento grande importância política o problema dos terrenos, surgindo como reivindicação a generalizar a transferência imediata para a mão dos moradores neste tipo de bairros dos terrenos necessários para a construção de novas casas. Estes terrenos poderão ser entregues pela Câmara Municipal a cooperativas ou associações de Moradores que os representem.

Todos estes processos devem mobilizar o maior número possível de moradores ao mesmo tempo que devem tentar criar formas de organização alargadas e estáveis. Por exemplo uma campanha em torno dos problemas das rendas e das casas desocupadas pode dar origem a uma organização dos moradores por bairros e mesmo por ruas, com tudo o que isso implica de possibilidades noutros campos de luta.





CORTAR A CABECA AOS MONOPÓLIOS

Neste momento, uma das mais graves ameaças ao desenvolvimento do processo democrático em Portugal provém dos atrasos e hesitações com que se debate a realização da política económica e social prevista no programa do MFA. Hoje, o poder político é dominado por correntes democráticas mas o poder económico continua, intacto, sob o controlo do capital financeiro.

Na sequência da crise que levou à demissão do I Governo Provisório, os acontecimentos de 28 de Setembro mostram com toda a clareza que ou as forças democráticas cortam cerca as veleidades golpistas dos monopolistas e latifundiários, submetendo as bases do seu poder económico aos interesses do povo português, ou esses monopolistas e latifundiários acabarão por triunfar recuperando o controlo do aparelho de Estado e das várias instâncias de decisão, mesmo que para isso tenham de recorrer à criação da mais profunda desordem económica e social.

Perante este dilema não poderemos continuar hesitantes: há que dar imediatamente os passos decisivos que possam lançar a curto prazo os fundamentos de uma política económica ao serviço do povo português e de uma política social essencialmente votada à defesa dos interesses das classes trabalhadoras, o que implica necessariamente uma estratégia antimonopolista.

REFORMAS DE FUNDO, CONDIÇÃO PARA O AVANÇO

2. Apesar do Programa do MFA aludir expressamente à necessidade de uma estratégia antimonopolista, a sua realização tem sido combatida pelo capital financeiro e seus representantes que invocam a impossibilidade, nos termos do próprio Programa, de reformas de fundo neste período transitório. Ao avançarem em seu be-

nefício esta contradição aparente, não deixa de ser curioso que o capital financeiro procure extrair de duas directivas supostamente antagónicas a conclusão de que uma delas, a estratégia antimonopolista, deverá anular-se por completo para que se possa cumprir na íntegra a outra — ou seja, a proibição de reformas de fundo. Ora, é importante notar que o conceito de reformas de fundo tem sido sistematicamente manipulado para justificar o evaziamento do Programa do MFA. E com algum êxito, pois as forças democráticas, neste caso particular, ou se mostram desatentas à propagação reaccionária ou, mais provavelmente, se cobriam, perante o acolhimento apaixonado e parcial que essa mesma propaganda encontrava nas mais altas instâncias políticas, a começar pelo general Spínola, até ao 28 de Setembro. Em consequência, é urgente aproveitar todas as ocasiões, para desfazer a confusão que a reacção conseguiu lançar sobre a leitura do Programa do MFA. Muito em especial, há que insistir no facto de neste momento não se poder justificar a ausência de medidas claramente antimonopolistas sob a alegação de que se trataria de matéria de fundo reservada para depois das eleições.

Com efeito, sendo «o texto fundamental» até à elaboração da nova Constituição, o Programa do MFA integra-se numa dinâmica política de que, por um lado, é factor extremamente influente, mas a que, por outro lado, não pode adaptar-se para melhor poder alcançar os

seus objectivos principais e respeitar o seu «espírito e intenções». No decorrer dos últimos seis meses várias foram as ocasiões em que o MFA, em estreita aliança com as forças progressistas, mostrou que o Programa não poderia ele próprio servir de escudo aos que a todo o custo desejarão impedir a obtenção das finalidades nele previstas. O essencial, então como hoje, é o alcance dessas finalidades, sem prejuízo de não determinação prévia do regime a instaurar por livre e democrática audição da vontade popular. Foi assim que o MFA, com o apoio das forças progressistas, leu o seu Programa quando, por exemplo, se proclamou o direito, sem restrições, das colónias à independência, se reconheceu a independência da Guiné e se abriu o caminho à independência próxima de Moçambique e das restantes colónias. Estas medidas do mais vasto alcance nem se encontram previstas expressamente no Programa nem se podem entender como reforma de somenos ou de circunstância. Não tenhamos medo das palavras: estas são verdadeiras reformas de fundo que a dinâmica política aberta pelo 25 de Abril revelou serem necessárias à realização do Programa do MFA. Por isso mesmo é nele que encontramos a sua plena legitimidade. Como repetidas vezes tem sido afirmado por vozes autorizadas do MFA, o Programa fixa objectivos e condições gerais da sua ob-

tenção, não fazendo qualquer sentido a noção de que ele próprio se condenasse à esterilidade verbalista, por via da exclusão de meios necessários ao seu êxito. Como extirpar as raízes de 48 anos de fascismo sem reformas de fundo? Totalmente impossível.

Neste entendimento, as reformas que de facto o Programa do MFA não poderá caucionar serão apenas aquelas que excedam o necessário para que se alcancem os seus objectivos. E só neste sentido valerá a pena falar de reformas de fundo, a menos que se queira desacreditar a coerência das intenções do MFA.

DAR UM CONTEÚDO PRECISO À LUTA ANTIMONOPOLISTA

A luz da experiência colhida após o 25 de Abril, ter-se-á de considerar insustentável o protelamento de uma política antimonopolista ao serviço dos interesses dos trabalhadores e contra os privilégios do capital financeiro.

Sem inequivocas e imediatas medidas antimonopolistas, o Programa do MFA corre o risco de ficar definitivamente comprometido no seu alcance.

De facto, é notória a radical oposição de interesses entre os detentores do poder político

e do poder económico, neste momento, quanto à política económica e social a prosseguir. Na situação em que o País se encontra, a paralisação que prevalece nesses domínios não pode ser prolongada artificialmente, sem que surjam os mais variados obstáculos e atropelos, de gravidade nitidamente crescente, ao regular curso do processo de democratização. De um modo ou de outro, há que definir em que lei se vive. (...)

É chegado o momento de dar um conteúdo preciso à luta antimonopolista, eliminando de vez a incompatibilidade entre o projecto económico que vem do fascismo e o projecto político nascido após o 25 de Abril.

Para alcançar tal efeito, essa luta tem de passar necessariamente:

— pelo controlo do centro nevrálgico dos monopólios, ou seja, da banca e outras instituições financeiras;

— pela negação ao capital financeiro das possibilidades de manipulação em benefício próprio dos sectores básicos da produção e distribuição;

— pela eliminação dos dispositivos legais que actualmente cercam a iniciativa das massas trabalhadoras na sua luta contra a exploração capitalista, fornecendo do mesmo passo trunfos à manutenção da supremacia do capital financeiro;

— pela tomada da iniciativa no lançamento de novos projectos e na reestruturação das actividades existentes de modo a assegurar a defesa dos interesses das classes trabalhadoras.

O que a situação exige é uma viragem radical na orientação da política económica,

Não se trata, em caso algum, de remediar um ou outro aspecto do sistema que o fascismo nos legou. Muito menos se visam intervenções transitórias que apenas serviram de apoio à reorganização dos mecanismos de dominação do capital financeiro. Trata-se, sim, de substituir rapidamente o projecto do capital financeiro por um outro conduzido pelos próprios trabalhadores.

UMA ALIANÇA FORJADA NA LUTA

Nesta perspectiva, a luta antimonopolista não se encaixa no quadro da neutralização das posições de comando actualmente detidas pelo capital financeiro. Por mais decisiva e urgente que essa neutralização nos pareça no actual estágio da escalada para a democratização do País, a verdadeira dimensão da luta em que estamos todos profundamente empenhados assume-se na construção das bases tanto económicas, como políticas, da transição para o socialismo. É nesse contexto que ganha todo o relevo a simples afirmação de que a luta antimonopolista consequentemente se integra necessariamente na superação do capitalismo através de um processo fundido na aliança das classes trabalhadoras e das Forças Armadas que nessa característica original poderá encontrar, a cada momento, a força suficiente para ultrapassar as dificuldades que inevitavelmente se lhe opõem.



Livros para lucros

Há dias apareceu nas montras das livrarias um livro intitulado «A Negra Madrugada». Acompanhou o lançamento do livro uma grande campanha de publicidade na televisão. Os autores: Amadeu José de Freitas (locutor desportivo) e um senhor Flammarion. Colabora ainda no livro o sr. Alvaro Guerra, jornalista.

No mês de Outubro um outro livro «Humberto Delgado pensamento de um Herói» vinha a público acompanhado de grande campanha publicitária: Fotografias de Humberto Delgado, a voz desintegrada de Salazar, enfim todos os condimentos necessários à venda maciça do livro em questão.

Há uns tempos atrás, a Agência Portuguesa de Revistas (vejam se!!!) editou as citações de Mao-Tsé-Tung, mas a fraca cultura política do editor obrigou a incluir o prefácio de Lin Pia. Erro, três vezes erro... Toda a gente ficou a topar que o sr. Aguiar não era maquista!!!

Por outro lado, a Editorial Verbo (defensora acérrima dos valores da civilização cristã) editava o «Último Tango em Paris»... A Televisão lá estava anunciando a linguagem ousada das alcovas do amor. Estão a ver... a Verbo e imprimir «obscenidades e outras coisas feias e ciçadas»...

Estes quatro exemplos bastam-nos para mostrar onde chegou a falta de vergonha, o oportunismo descarado de uns quantos editores que, aproveitando-se das novas condições criadas pelo 25 de Abril, desenvolvem toda uma actividade que visa explorar quer essas mesmas condições quer as necessidades de informação de um público a quem ela foi sistematicamente negada. Apenas um objectivo simples norteia estes senhores: encher os bolsos à custa do comum cidadão que só depois de comprar a «mercadoria» se dá conta do logro em que caiu.

Por exemplo como fica informado o leitor depois de ter lido o livro «A Negra Madrugada»?

Apercebe-se porventura dos mecanismos que levaram ao 28 de Setembro? Fica a saber qual foi até essa data o papel do general Spínola, do dr. Sá Carneiro e de uma certa Igreja? Apreende a correlação das forças sociais e políticas em jogo? Nada disso... Mais uma vez se confunde fascismo com meia-dúzia de malandrins: mais uma vez se pretende identificar direito e reacção com um qualquer «fenómeno» anormal e aberrativo.

Basta, Amadeu! e estamos fartos, Flammarion!

Nem as fotografias são boas!!!

No caso do livro de Humberto Delgado, apesar das fotografias, também nada se chega a compreender!

Nem vale a pena falar nesta crónica breve da rapidez com que foi traduzido todo o «Capital» de Marx, da rapidez, com artes de prestidigitação, com que saem livros sobre a Pide,

sobre Catarina Eufémia, sobre o fascismo português!

Chega-se ao cúmulo de saírem, às vezes simultaneamente, três edições, espantosamente diferentes, da mesma obra!!!

Claro que todos os editores e livreiros são socialistas, verdadeiros revolucionários e todos, mesmo todos, sofreram as terríveis provas do fascismo.

Acontecem até casos curiosos: uma editora do Porto, que fechou as portas há muito mais de um ano, continua a publicar livros saídos há dois e três anos e apesar disso nem sequer se indica a edição!

Quem pode parar com isto? Quem impede que através de capas sugestivas e altamente oportunistas, os Amadeus, os Aguiares, os Brancos, os Pereiras, o capital bancário, continuem a explorar a ingenuidade do público e a necessidade de saber e de conhecer o nosso próprio país, com livros menores, que nada adiantam?

Como e quem destruir o oportunismo?

Opcões políticas não se escondem ao povo!

Comunicado do Secretariado da Organização Regional do Alto Alentejo do Movimento de Esquerda Socialista

Num comunicado a propósito da eventual transformação do MDP em Partido, o O.R.A.L. do MES declara considerar «urgente tomar posição junto das massas populares acerca do carácter antidemocrático das manobras existentes no seio do MDP, que apontam para a sua transformação em Partido, desprezando o papel importante que este Movimento deveria ocupar como Movimento popular de massas na luta pela democracia efectiva, na qual os trabalhadores pudessem ter um papel activo e esclarecido na luta pela construção da sociedade socialista.

Com efeito a transformação do MDP em Partido assumiu um carácter golpista e confidencial onde só aparentemente as bases tiveram participação, mas na realidade estavam perfeitamente divorciadas do processo que se realizava

nas suas costas.

De facto, o MDP teria um papel importante a desempenhar sem intenção de

conquistar votos, como elemento unificador das massas populares no combate ao fascismo e à reacção capitalista, combate esse que não se leva a cabo de forma eficaz pondo a população trabalhadora a reboque de programas partidários, por mais tranquilizadores que pareçam ser nas suas afirmações democráticas.

Só a vigilância no dia a dia, sobre todas as manobras da reacção capitalista, que não desistiu de liquidar as conquistas populares desde o 25 de Abril, é garantia real do triunfo das forças populares sobre a reacção.

Só a acção quotidiana de esclarecimento político nos locais de trabalho, de habitação, etc. sobre os reais problemas que afectam o povo português e sobre os quais as forças interessadas em manter um regime de pressão e exploração, dá combate vitorioso à propaganda reacçãoária e anticomunista.

Não é escondendo as opções políticas que se põem ao povo português, que os trabalhadores se conseguirão organizar contra as manobras do capitalismo.

Só no combate ao capitalismo se reforçam as conquistas democráticas!

Avante pelo Socialismo!

ÚLTIMAS PALAVRAS DUM GENERAL

Publica «Le Monde» na sua edição de 5 de Outubro, as seguintes palavras do general Carlos Prats, ex-comandante-chefe do Exército chileno e ex-vice-presidente da república, em Buenos Aires datadas de pouco antes do seu assassinato em Buenos Aires, onde vivia, desde o golpe fascista que derrubou Allende e o Governo da Unidade Popular.

«Até 1973, a vida democrática foi possível em virtude do equilíbrio de forças que existia no nosso país. Este foi, porém, definitivamente quebrado. A democracia futura não poderá basear-se novamente naquele mesmo equilíbrio. O papel das Forças Armadas na nova democracia não poderá já ser o mesmo de então, feito de «profissionalismo» e de abstenção na vida política.»

Palavras tanto mais impressionantes, quanto é certo partem do homem que simbolizou o apoio puramente legalista ao Governo de Salvador Allende.

Aqui ficam, para uso português.

Solidariedade com os povos oprimidos!

Por intermédio de camaras dos nossos de União do Povo Galego recebemos um importante texto assinado conjuntamente por cinco organizações nacionalistas da Europa Ocidental e intitulado «Declaração de Luta Contra o Colonialismo na Europa Ocidental». As cinco organizações são: — U.P.G. — União do Povo Galego, organização naciona-

lista espanhola que luta pela libertação da Galiza.

— U.D.B. — União Democrática da Bretanha, organização nacionalista fundada em 1964; luta por uma Bretanha Socialista.

— I.R.M. — Movimento Republicano Irlandês, organização composta pelo S.I.N. F.E.I.N. (oficial) e pelo Exército Republicano Irlandês (I.R.A.

oficial); luta por um Estado Irlandês Socialista que integre a totalidade da Irlanda.

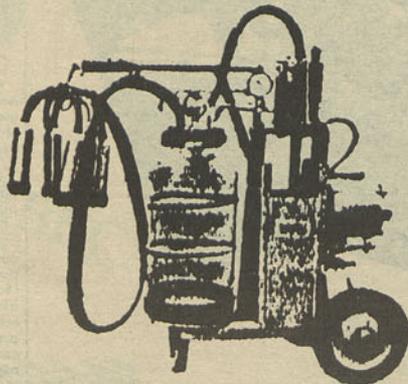
— H.A.S. — Partido Socialista Basco, organização nacionalista e socialista basca, estabelecida no Norte de Euzkadi, trabalha juntamente com a E.T.A.5. O seu objectivo é o estabelecimento de um Estado Euzkerria Socialista que integre

as duas partes do Euzkadi.

— C.G. — País de Gales Roxo, organização nacionalista e socialista do País de Gales, trabalha no seio da emigração galesa na defesa e afirmação dos seus interesses.

O documento foi assinado em Brest (França) em 3 de Fevereiro deste ano. Num dos próximos números transcrevê-lo-emos na íntegra.

Máquinas de Ordenhar «NATIONAL»



Práticas, eficientes e económicas.

DEPENDÊNCIA ECONÓMICA Máquina, prática, eficiente e económica para explorar

Com o 25 de Abril, o povo português começa a tomar consciência da sua dependência do imperialismo, através dos despedimentos efectuados em Portugal pelas empresas ditas multinacionais (normalmente americanas).

Mas, os investimentos estrangeiros são uma das diversas formas de dependência de Portugal dos países capitalistas desenvolvidos, dependência que os capitalistas portugueses aceitaram e continuaram a aceitar para se manterem como classe dominante e poderem continuar a explorar o povo português.

Investimentos estrangeiros

Os investimentos estrangeiros começam a afluir com intensidade no meio da década de 60, como único meio de assegurar o crescimento económico que a burguesia portuguesa pretendia, mas de que se mostrava incapaz.

Garantidas todas as facilidades aos capitais estrangeiros, desde a saída livre dos lucros até à «paz social» (legalizada pela violência repressiva), eles dirigiram-se essencialmente para os sectores onde a mão-de-obra era importante ou para a exploração dos recursos nacionais.

Para o 1.º caso, serve de exemplo a indústria de vestuários e a de componentes electrónicos e para o segun-

do a exploração mineira do volfrâmio e da indústria de pasta de papel; o turismo de luxo, aproveitava simultaneamente a mão-de-obra barata e os recursos naturais.

Entretanto, a burguesia portuguesa procurava esconder a pilhagem a que o imperialismo submetia o País, dizendo que o aumento das exportações, atestava o sucesso da política económica que os governantes prosseguiam... e, na verdade, as empresas estrangeiras, por exportarem a totalidade da sua produção, rapidamente se colocaram entre os maiores exportadores portugueses.

Ora, a produção de bens para exportação, tem em conta, ou procura satisfazer as necessidades dos compradores ou consumidores estrangeiros, sendo, nalguns casos, como a exportação de matrizes para computadores, pura e simplesmente exportação de força de trabalho.

Assim, é lógico pensar que os capitalistas estrangeiros se dedicassem à exportação dos seus produtos e, que a coberto da legislação vigente, impusessem baixos salários e ritmos de trabalho extremamente duros, superiores aos praticados nos países de origem desses capitais. Mas, os capitalistas portugueses, desprezando as carências do povo português e a urgência de elevar e dirigir a produção para a satis-

fação de algumas das suas necessidades mais elementares, preferiu indicar, como um dos seus objectivos principais a alcançar, o aumento das exportações.

Diziam os capitalistas portugueses, que atendendo ao baixo poder de compra do povo português, isto é, aos baixos salários que pagavam aos trabalhadores, não dava lucro produzir em função do poder de compra do povo português.

Mesmo assim, nem na política das exportações a burguesia portuguesa obteve o declarado êxito. As importações acompanharam o ritmo de aumento das exportações, e o saldo negativo da balança comercial continuou a aumentar e a ser coberto pelas remessas dos emigrantes.

Remessas dos emigrantes

Os baixos salários e a ausência de condições para viver com o mínimo de dignidade, obrigaram centenas de milhares de portugueses a procurar vender a sua força de trabalho nos países capitalistas desenvolvidos.

Nos últimos anos, procurando melhores condições

de vida, saíram, em média, diariamente, cerca de 400 pessoas.

Assim, a burguesia portuguesa criou claros laços de dependência económica com os países capitalistas desenvolvidos, ao saber que, se estes davam emprego aos trabalhadores portugueses, era porque esta-

vam em expansão económica, mas que em situação de crise os expulsariam criando graves problemas no mercado do emprego nacional; no entanto, era o

produto do trabalho que os emigrantes enviavam para as suas famílias, que permitiu à burguesia portuguesa equilibrar as finanças do País.

Dívida pública

Por outro lado, o regime anterior, para fazer face às crescentes despesas na repressão das lutas de libertação dos povos das colónias, criou crescentes e importantes dívidas com os países que forneciam ar-

mas e dinheiro oferecendo em contrapartida todas as facilidades na entrada de capitais no nosso país e permitindo a pilhagem das riquezas dos territórios africanos.

Dominação tecnológica

Finalmente, a última forma, em que Portugal aparece como dependente do imperialismo, talvez a mais importante mas também a menos visível.

Essa dependência consiste no domínio de alguns países no fornecimento de equipamento industrial ou determinados produtos (por exemplo produtos farmacêuticos), em que os países fornecedores podem impor as condições de produção e utilização dos produtos, o pagamento de ele-

vadas «royalties» (direitos de utilização de patentes) e facilmente poderão boicotar a actividade económica desse país pela recusa do fornecimento de material ou produtos que só eles possam fornecer.

No nosso país, a ausência de qualquer controlo sobre as transferências de tecnologia e a quase inexistência de investigação tecnológica, agudizam a dependência de Portugal do imperialismo.

POR UMA POLÍTICA EXTERNA DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Portugal vive integrado no contexto geopolítico do chamado Ocidente. Sob Salazar e Caetano, muito embora a incapacidade do regime para adoptar formas políticas mais «representativas» fosse incómoda aos E.U.A. e à Europa e suscitasse até algumas hostilidades superficiais mas genuínas (Holanda, escandinavos, etc.), a verdade é que a prática demonstrou a essencial compatibilidade entre os apreçados princípios democráticos ocidentais e uma benevolência activa para com o regime vigente em Portugal, à qual, aliás, deve mesmo uma boa parte da sua longevidade.

Na prática e nos interesses da política externa americana, não há sistemas bons e maus, mas há apenas regimes cómodos e incómodos: estes, que vão da democracia suíça à despuddorada ditadura haitiana, são apenas duas faces do «bom sistema», isto é, de uma ordem capitalista que se subalterna ante o império americano e que tem interesse próprio em bloquear qualquer acesso nacional ao socialismo. Com este realismo se aceitou e se utilizou o Portugal salazarista. Uma ou outra abstenção nas Nações Unidas foram o tempo necessário de um prato forte de complacência aberta.

INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Os dados, hoje estão profundamente alterados. Portugal continua obviamente a ser um país capitalista, mas o processo 25 de Abril — 1.º de Maio 28 de Setembro apresenta alguns factos susceptíveis de sugerir para o exterior que a vontade política portuguesa mudou radicalmente e que certas vias de aproximação a uma sociedade socialista são possíveis. Ou seja: a maior democraticidade do País actual é irrelevante, a partir do momento em que pode estar em causa o «bom sistema». E sem onerosas garantias por parte de Portugal — as quais, para serem eficazes, teria de constituir graves hipotecas da vontade nacional — não há que esperar dos E.U.A. e afins a mesma benevolência com que o regime anterior contou. A História recente é tão clara neste ponto que quase poderíamos dizer que se essa benevolência aparecer, é caso para nos convencermos de que o País já se hipotecou, mesmo que do facto não tenha ainda consciência.

Significa isto que, no contexto em que Portugal se insere,

N.R. — Este artigo está na nossa Redacção há alguns dias. A falta de espaço nos números anteriores obrigou a adiar a sua publicação.

A Redacção do ES considera este artigo muito importante e com ele pode ser aberto um debate frutuoso acerca desta temática. No entanto o rigor da expressão e a construção das frases podem tornar difícil a sua leitura, apesar deste facto a sua validade, em termos da sua publicação, não fica diminuída.

dências nacionais; a dignidade e a liberdade de movimentos conquistados pelo Egipto têm tudo a ver com isso. Salazar, embora apenas para se defender da inserção relativamente instável do país no Ocidente do pós-guerra, praticou-o também — e o facto de se proporem agora objectivos — totalmente diferentes não impede que incrementemos essa via.

3.º MUNDO UMA META DESEJÁVEL

Finalmente — e sem desprezar as simples declarações e

os actos políticos simbólicos, cuja eficácia é, no entanto e em geral, secundária — o que mais importa para já é estabelecer, dentro do vasto contencioso das relações internacionais contemporâneas, quais as nossas prioridades, para encaixarmos desde já a nossa tomada de posição com os não alinhados em números problemas concretos, nos quais, de facto, os interesses portugueses estejam próximos dos do Terceiro Mundo. Sirva de exemplo a abertura do secretário de Estado das Pescas, no seu regresso de Caracas, à concepção do mar patrimonial, política esta que, correspondendo a genuínos interesses nacionais,

coloca Portugal, num campo de luta tão concreto que não deixa margem a suspeitas de demagogia, ao lado do México, de Cuba, do Peru e da Islândia contra os interesses das grandes potências.

Esta via é o ponto de partida óptimo. Implica, porém, da parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros uma certa coordenação — sem ingerências, claro está — dos projectos imediatos de vários ministérios e secretarias de Estado que impliquem relações com o exterior. Esta via pode bem ser mais decisiva do que o mero alargamento do leque de relações diplomáticas de que dispomos (mas que é, em si

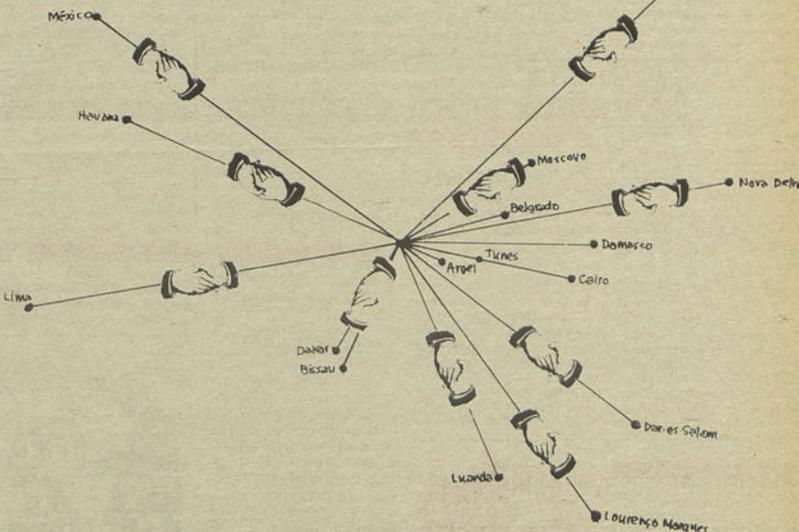
Tudo isto, porém, terá de ser acompanhado de um aproveitamento máximo das hipóteses de comércio com os países mais independentes do Terceiro Mundo e, designadamente, com o mundo Árabe. Enfim, tudo isto pressupõe um intercâmbio e uma cooperação intensas com as ex-colónias — o que terá também a vantagem de contribuir para uma real independência desses novos países.

Nesse sentido, Bissau, Luanda, Lourenço Marques, Tunes, Argel, Cairo, Damasco, Lima, Havana, México, Nova Delhi, Dar-es-Salam, Dakar, Belgrado e até Pequim e Moscovo podem ser chaves políticas em

O "CAPITAL" DA DESCOLONIZAÇÃO

A descolonização foi (e seria), neste sentido, um empate de capital decisivo. O processo avançou já, não sem contradições, até ao ponto da independência Guiné-Bissau e de uma enorme redução da margem de manobra neocolonialista em Moçambique, onde a Frelimo, compartilha já, e fortemente, as alavancas do poder. Fez-se já o que mais facilmente se poderia ter feito e não se fez aquilo mesmo em que todos reconhecem que a «maneira de agir» pode oferecer certos melindres. A opinião internacional compreende isto. E nós temos apenas de prosseguir, tendo em conta os dois perigos a evitar: o risco de soluções neocolonialistas e a tentação de soluções simplistas politicamente «simpatias» mas inviáveis nas condições concretas. O futuro das relações de Portugal com as suas ex-colónias depende muito do modo como a descolonização se processar — e qualquer daquelas vias poderá, a médio prazo, comprometer essas relações. Todavia, e em suma: o estado actual e o ritmo até aqui seguido na descolonização — portuguesa não são já suficientes para uma considerável abertura do Terceiro Mundo a Portugal.

Também o facto de o País estar sujeito a várias dependências e não ser coutada privativamente de uma só grande potência, permite uma certa margem de manobra. Nasser foi um mestre na arte de retorcar a independência nacional à custa de explorar as contradições entre as várias depen-



ATLANTISMO ENVERGONHADO

Na sua declaração de 13 de Outubro intitulada «Uma via democrática original para o socialismo afirma o P. S. a certa altura:

«Há que definir um caminho de progressiva desvinculação relativamente a blocos políticos e militares, que constituem um obstáculo à compreensão dos povos e à paz mundial, sem prejuízo do respeito pelos actuais compromissos internacionais nos termos do Programa do M. F. A.»

Por outro lado na declaração conjunta com o S. P. D. (Partido Social-Democrata Alemão) o mesmo Partido vem dizer: «A Aliança Atlântica é, na situação actual, para ambos os partidos, uma base de conservação da segurança de Portugal e da República Federal da Alemanha».

E fica a pairar nos espíritos uma imensa dúvida, uma grande interrogação, sobre qual será a política externa do Partido Socialista.

A desvinculação progressiva dos blocos militares? Ou a fidelidade à Aliança Atlântica? Que a saída imediata da NATO seria, no momento presente, uma aventura, parece-nos um facto. Mas que um partido (que não um Ministério dos Negócios Estrangeiros) que ontem se propunha progressivamente desvincular de uma Aliança, hoje venha cantar loas e bem-aventuras a essa Aliança, é o que não logramos compreender. Alguém nos explica?

mesmo, um objectivo altamente positivo — sem embargo de casos concretos possíveis, como seria, o do falado estabelecimento de relações com Israel, que seria um excelente exemplo de inoportunidade e inconsequência políticas».

NATO NÃO ALINHAMENTO

Enfim, a exploração progressiva e segura desta linha poderá finalmente vir a colocar Portugal na desejada posição de não-alinhamento, o que implicará, na devida altura, percorrer o caminho de saída da NATO (que a França muito mais significativamente do que a Grã-Bretanha já parcialmente).

valorização crescente, que permitam ir contrabalançando um peso prioritário no futuro próximo.

A recente viagem do presidente Costa Gomes a Nova Iorque e Washington, para além de outros objectivos como preencher o vazio das garantias que teriam sido dadas pelo general Spínola, e tentar melhorar o ambiente para certos apoios económicos corrobora muito mais do que contraria esta linha. O discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, doseado à exacta medida daquele aerópagio, pode ser nesta matéria um bom sinal — e só não o será se tiver sido mais uma operação de «estado do mercado» político do que o chamar da atenção do Terceiro Mundo para iniciativas próximas de Portugal.

— No passado domingo, dia 3 de Novembro, com a presença de largas dezenas de trabalhadores — rurais e operários — realizou-se em Angeja uma sessão de esclarecimento promovida pelo núcleo de Aveiro do M. E. S. Primeira mente, foi feita uma exposição sobre o M. E. S. — sua formação, estratégia anticapitalista e posição face ao M. F. A. e Governo Provisório. Foram em seguida analisados problemas concretos de Angeja: situação da agricultura na região, luta operária nas fábricas, condições de vida dos trabalhadores (sendo em especial focada a necessidade de instituições que atendam à situação das mães trabalhadoras). A sessão prosseguiu com debate sobre estes problemas e sua relação com a necessidade da construção de uma via socialista, que terá de ser obra dos próprios trabalhadores.

— Na passada quarta-feira, dia 30, realizou-se uma sessão de esclarecimento do M. E. S. em Vila Cova (Seia) a convite da Associação Operária local. Com a presença de 50 trabalhadores discutiram-se temas como: os Sindicatos e a função das associações na politização das populações. O nosso núcleo de Seia levará proximamente a efeito nova sessão em Alvôco da Serra.

— Em Cuba no Baixo Alentejo na passada semana realizou-se uma sessão de esclarecimento com a presença de 300 trabalhadores. Debateu-se a linha política do Movimento, as diferenças entre o M. E. S. e outras forças políticas que se reclamam do socialismo, problemas do Alentejo (como o da actual vaga de despedimento) e questões gerais sobre sindicalismo.

— A exemplo do que sucedeu recentemente em Faro e Silves, a partir do próximo domingo estaremos na Feita de Portimão, num «stand» com as nossas publicações.

— Abriu mais uma sede do M. E. S., desta vez em Peniche, na Rua Salvador Falcão 54; poderão assim as classes trabalhadoras desta região contactar mais directamente com os nossos camaradas.

Braga, R. Abade de Loureira
Porto, R. 31 de Janeiro, 150-2.º
Guarda, R. Marquês de Pombal, 65
Lisboa, Av. D. Carlos I, 146-1.º,
D.to, Telef. 677127 e
677128 e Rua Garrett, 80,
4.º-B, Telef. 323621
Portalegre, R. da Oliveira, 61
Beja, Praça da República, 34
Faro, R. Castilho, 9

Esquerda Socialista

Assinatura 6 meses 65\$00 12 meses 125\$00 apoio 250\$00

Extranjeiro (Europa) — 250\$00

Nome _____

Morada _____

Profissão _____

Admin/redacção provisória: Rua Garrett 80-4 Lisboa Tel. 323621

Homenagem a Carlos Marighella

COLÓQUIO EM LISBOA

Além do colóquio realizado na cooperativa Caixa Económica Operária, em Lisboa, realizado na segunda-feira, nesse mesmo dia decorreram na nossa sede, na Av. D. Carlos I, projeção do filme **Não é tempo de chorar**, sobre as torturas no Brasil, seguidas de debate.

O programa de realizações, em que o M. E. S., o M. S. P. e L. U. A. R., com a participação de camaradas brasileiros, homenageiam a memória de Marighella, prossegue no Porto, em Beja, nas Caldas da Rainha e em Setúbal, com o seguinte calendário:

Colóquio sobre desporto nas Caldas da Rainha

— A Comissão Desportiva e Cultural dos Jogadores do Caldas Sport Clube levou a efeito no passado dia 2 um colóquio sobre as implicações políticas do fenómeno desportivo, com o apoio do nosso núcleo daquela cidade. Com a presença de cerca de 250 pessoas, houve um animado debate sobre desporto e alienação, desporto profissional e desporto de massas e sindicalismo a nível de jogadores profissionais de futebol.

Próximas sessões de esclarecimento

— No sábado, dia 9, pelas 21 horas e 30 minutos, em Peniche, no Salão Atlântico, colóquio subordinado ao tema «**Que é o socialismo?**»

— No mesmo dia e à mesma hora, no Liceu de Vila Nova de Gaia, sessão de esclarecimento sobre «**A Escola e a Sociedade**», com a participação de elementos das Juventudes Socialistas, do P. S. P., da L. U. A. R., do P. R. P. e do L. C. P.

Dia 5 de Novembro — 3.ª feira, no Porto: FILME — «**Não é tempo de chorar**», sobre as torturas no Brasil. Na sede da L. U. A. R. na Praça Marquês de Pombal 68. 16.00 h, 1.º Projeção; 16.30, 1.º Debate sobre o filme; 17.00, 2.º Projeção; 17.30, Debate sobre o filme; 18.00, 3.º Projeção; 18.30, 3.º Debate; 19.00, 4.º Projeção; 19.30, 4.º Debate.

COLÓQUIO — Em local a anunciar em que numa primeira parte intervirão camaradas das três organizações e um camarada brasileiro e numa segunda parte haverá um debate. (21.30 h).

Dia 8 de Novembro — 6.ª feira nas Caldas da Rainha: FILME — «**Não é tempo de chorar**», sobre as torturas no Brasil.

No cinema Pinheiro Chagas, em hora a anunciar.

COLÓQUIO — No cinema Pinheiro Chagas em que numa primeira parte intervirão camaradas das três organizações e um camarada brasileiro e numa segunda parte haverá um debate. (21.30).

Dia 9 de Novembro — Sábado em Setúbal.

FILME E COLÓQUIO — 15.00 h em local a anunciar, com o mesmo programa.

Serão distribuídos textos sobre a vida e obra de Carlos Marighella e da Acção Libertadora Nacional, bem como sobre as condições de vida dos presos políticos brasileiros.

O assassino de Marighella

«Marighella foi atingido por quatro tiros, um dos quais atirados por mim. Eu estava com a Stella, fazendo de namorada, num canto estratégico.

Quatro polícias encontravam-se num camião. Mas toda a alameda Casa Branca estava cheia de viaturas da Polícia, prontas a bloquear a rua. As 8 horas da tarde, um homem da confiança de Marighella veio inspeccionar o local. Os padres deram fogo verde». (O contacto de Carlos Marighella com os seus camaradas fazia-se através dos frades do Convento Dominicano de S. Paulo. Dois destes frades foram presos no Rio, pela Cenimar, a Polícia Secreta da Marina, a 30 de Outubro de 1969.

Fleury foi à procura deles, e dois dias depois, faz uma visita ao convento onde prende mais 12 frades, e, entre eles, 7 membros da rede, sem que Marighella tenha sido informado, e, no dia 4 de Novembro, Fleury monta a armadilha no local onde um dos frades, sob torturas, tinha acitado encontra-se com o líder revolucionário).

Sob a sigla de «o dever de tudo o revolucionário é fazer a revolução» realizou-se em Lisboa, no passado dia 4, um comício de homenagem à memória do revolucionário brasileiro, Carlos Marighella, caído no dia 4 de Novembro de 1969, sob as balas assassinas da polícia secreta brasileira. A iniciativa deve-se ao M.S.P., L.U.A.R., M.E.S. e a alguns camaradas brasileiros, «stiveram presentes cerca de quinhentas pessoas.

Com este comício (outros se realizarão em outras cidades) foi intenção dos organizadores de se prestar homenagem a um mártir da revolução — Carlos Marighella — foi também, além do mais, a solidariedade com os revolucionários brasileiros que nas duras condições de clandestinidade lutam contra a feroz ditadura militar brasileira e contra a dominação imperialista.

O representante do M.S.P., afirmou nomeadamente: «Carlos Marighella foi o homem que deu início à luta revolucionária no Brasil, porque contra a violência reaccionária há que opôr a violência revolucionária.

Marighella rejeitou o reformismo pacifista e legalista. Rejeitou qualquer tipo de organização burocrática que se oponha à organização de massas.

Fleury: o homem da «Esquadra da Morte» que disparou sobre Marighella.



«Marighella podia vir. Não se fez esperar. Entrou no carro onde o esperava o padre, sentou-se no banco traseiro. Eu avancei para o carro e disse-lhe que lá para o prender. Eu estava armado e aconselhei-o a não reagir. Tudo isto durou apenas fracções de segundo. Ele tentou tirar alguma coisa dum pasta, mas não lhe dei tempo. Dei um tiro e a fusilaria começou.»

(In «Esquadra da Morte», de Aderito Lopes)

Marighella compreendeu que a luta contra a ditadura militar era inseparável da luta contra o imperialismo.»

O representante da L.U.A.R. leu um texto sobre «a legitimidade da luta revolucionária» fazendo uma clara referência ao imperialismo que: «poderá resumir a um sistema de miséria, de fome, de cor tãnta violência sobre os trabalhadores.

Por outro lado recordou a heróica resistência do povo cambodiano, do Laos, contra o imperialismo; recordou os países onde o imperialismo foi desmontado e muito particularmente a vitoriosa Revolução Soviética de Outubro de 1917. Recordou que a América Latina é uma colónia do imperialismo, principalmente do norte americano, mas que também é lá que se concentra o «foco da tempestade revolucionária».

Fez uma análise da actual situação brasileira, falando através de números e percentagens, da vida difícil e de miséria dos trabalhadores brasileiros, enquanto algumas famílias vivem na maior opulência, enquanto as empresas nacionais e estrangeiras acumulam lucros fabulosos à custa da exploração desenfreada das massas trabalhadoras. Afirmou que a melhor forma de solidariedade do povo português com o povo brasileiro e lutarmos em Portugal contra o fascismo, pela destruição do capitalismo, pela revolução socialista.

A seguir falou um camarada brasileiro que foi companheiro de Marighella. Acreditou o reformismo que possibilitou a vitória da ditadura militar no Brasil, desmobilizando as massas. O reformismo caracterizava-se pela conciliação de classes, a conciliação com a burguesia.

A conciliação de classes, proposta pelo reformismo, imobilizou o impulso da luta revolucionária do povo brasileiro. A estratégia traçada por Marighella é a acção armada combinada com a luta de massas. Este camarada referiu que alguns observadores consideram a estratégia com um divórcio da luta de massas, mas é falso, pois o que se passou em determinada altura foi um reflexo da luta de massas, o que provocou um certo prevalecer da acção armada sobre a luta de massas.

Mas actualmente muitos revolucionários estão a trabalhar na base das análises das propostas por Marighella. Afirmou que os últimos acontecimentos portugueses têm uma repercussão muito importante em muitos países, em muitas áreas do mundo e, muito particularmente no Brasil. Referiu-se à acção de saldos e marinheiros e que poderá, também no Brasil, virar as armas contra o sistema que os fardou. Referiu-se que não podíamos confundir os soldados e marinheiros com os generais comprometidos, com os generais comprometidos com a C.I.A., com o Pentágono, com o regime.

O militante do M.E.S. falou sobre o imperialismo e da importância estratégica de Portugal para esse mesmo imperialismo e fez uma série de interdições que viriam a ser discutidas no debate que se lhe seguiu.

Nesse debate apareceu uma militante que se afirmou do P.S. e afirmou que o seu ou Partido é um «partido marxista-leninista». Aqui fica a informação para os mais desprevidos e para os incautos.

Mas, melhor do que recordar os mortos, é a solidariedade activa com os vivos.

Viva o Internacionalismo Proletário!

POLÍCIA DISPARA SOBRE MANIFESTANTES

Os fascistas tentam levantar a voz, com o consentimento do Governo Provisório. O partido da extrema direita, CDS, (Partido do Centro Democrático-Social) — no qual se têm reagrupado elementos dos partidos fascistas mais atingidos pelo 28 de Setembro — convocou um comício a realizar no Teatro de S. Luís, em Lisboa, no dia 4 de Novembro.

O Governo Provisório autorizou a realização deste comício, fascista, o dever das massas populares e dos revolucionários era de impedir-lo.

À hora do comício, milhares de populares concentraram-se nas ruas circundantes ao Teatro de S. Luís, com o intuito de impossibilitar a realização

de tal comício. Mas, todas as ruas estavam bloqueadas por dezenas de agentes da Polícia de Choque (que o Governo Provisório afirma ter sido desmantelada) e da P. S. P.

Enquanto os fascistas ficam encurralados no S. Luís, sob a protecção da Polícia, esta ataca ferozmente, com tiros de metralhadora e gases lacrimogéneos, as massas populares. Vários manifestantes ficam feridos e outros desmaiam devido à acção tóxica dos gases.

À hora de fecharmos esta edição, o saldo do recuento era o seguinte: 30 manifestantes tinham dado entrada no Hospital de S. José, alguns dos quais em estado grave e atingidos pelos tiros.